

# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

#### DECISÃO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 03/2025 Processo Administrativo nº 147/2025 Processo Licitatório nº 29/2025

Recorrente: TELEFÔNICA BRASIL S/A

Recorrida: DESKTOP S.A.

### I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto pela empresa **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, em face da habilitação e declaração de vencedora da licitante **DESKTOP S.A.**, no Pregão Eletrônico nº 03/2025, cujo objeto é a **contratação de serviço de conexão de internet com link dedicado e redundante, com velocidade de 1Gb, suporte técnico especializado e disponibilidade contínua para a Câmara Municipal de Mongaguá.** 

A recorrente alega, em síntese:

- ausência de comprovação adequada dos poderes de representação da subscritora da proposta e declarações (ANEXOS III e V);
- não apresentação da declaração de conhecimento das condições locais, exigida no item 7.9 do edital;
- ausência de comprovação da exequibilidade do preço, conforme previsto;
- vício insanável que ensejaria a desclassificação da proposta e consequente inabilitação da licitante.

### II – FUNDAMENTAÇÃO

Analisados os autos e os documentos apresentados, verificou-se que:

 Representação: a proposta e as declarações foram assinadas por representante sem poderes individualmente outorgados, nos termos da procuração apresentada, que exige assinatura conjunta com outros gestores da companhia. Tal fato compromete a validade dos documentos







## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

subscritos, uma vez que não há comprovação de mandato regular, conforme disposto nos arts. 653 e 657 do Código Civil, bem como no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, que veda apresentação de novos documentos fora do momento oportuno.

- 2. Declaração de conhecimento das condições locais: a recorrida não apresentou declaração formal nos moldes exigidos pelo item 7.9 do edital, tampouco juntou comprovação de realização de vistoria técnica, o que configura descumprimento expresso das exigências editalícias, de caráter obrigatório.
- Exequibilidade do preço: em que pese a apresentação de documentação suficiente que demonstre a exequibilidade da proposta, as razões anteriores inviabilizam a manutenção da classificação da proponente impugnada.

Ressalte-se que o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 impõe a observância dos princípios da vinculação ao edital, julgamento objetivo, legalidade e segurança jurídica, os quais restariam violados com a manutenção da habilitação da empresa que não comprovou o atendimento às exigências mínimas.

#### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, acolhe-se integralmente as razões recursais apresentadas pela empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, deferindo o recurso e, por consequência:

- desclassifica a proposta da licitante DESKTOP S.A.;
- declara a sua inabilitação, em razão do não atendimento às exigências editalícias.

Determina-se, ainda, a continuidade do certame, com a análise da proposta subsequente, observada a ordem de classificação.







# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

#### IV - DISPOSITIVO

Com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, **defiro o recurso interposto**, reformando a decisão anterior.

Publique-se. Notifiquem-se as licitantes.

Mongaguá, 03 de outubro de 2025

#### **LUIZ BERBIZ DE OLIVEIRA**

Presidente da Câmara Municipal da Estância Balneária de Mongaguá



